



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Os principais determinantes da despesa com prestações sociais.
Um estudo econométrico para Portugal.

Pedro Miguel da Silva Marques

Mestrado em Economia e Políticas Públicas

Orientador(a):

Professor Doutor Ricardo Barradas, Professor Auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

Os principais determinantes da despesa com prestações sociais.
Um estudo econométrico para Portugal.

Pedro Miguel da Silva Marques

Mestrado em Economia e Políticas Públicas

Orientador(a):

Professor Doutor Ricardo Barradas, Professor Auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

*À minha Mãe e ao meu Padrasto,
por todo o apoio ao longo deste percurso.*

Agradecimentos

Neste momento em que se conclui mais uma etapa na vida de um jovem adulto que decidiu abraçar o desafio da persecução de um Mestrado, importa agradecer à minha família, na pessoa da minha Mãe, por todo o apoio ao longo destes anos, por todo o incentivo e por todo o esforço que fizeram para garantir que fosse o primeiro membro da família a deter um grau de ensino superior. Sem eles e sem a sua visão, que agora também é tão minha, de que o ensino é o verdadeiro garante do elevador social, nada disto seria possível.

Aos colegas que comigo partilharam este percurso no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, agradecer as conversas, a amizade e o trabalho conjunto.

À Inês, à Marina e ao Tomás, agradeço, de forma particular, o apoio em momentos de dúvida e de insegurança, o conforto da palavra e o seu coração cheio de amor e amizade.

Ao meu Orientador, ao Professor Ricardo Barradas, agradecer a disponibilidade que teve desde a primeira hora e sem a qual não teria sido possível chegar até aqui. Agradeço as críticas construtivas, as sugestões pertinentes, a presença constante, as palavras de confiança e de perseverança e o seu desejo de ver esta dissertação chegar a bom-porto.

Por último, agradecer aos colegas e dirigentes da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C). Obrigado, de forma especial, às Martas, ao Nuno, ao Gonçalo e à Beatriz por todos os contributos, sugestões e auxílio na conciliação desta etapa académica com o início de uma carreira profissional. Sem o vosso apoio tudo teria sido mais difícil.

Obrigado a todos, do fundo do coração.

Resumo

O aumento da despesa pública com prestações sociais continua a estar no centro do debate académico e da esfera da política pública. Nas décadas que se seguiram ao 25 de abril de 1974, com o estabelecimento de um verdadeiro sistema de segurança social, em Portugal, verificou-se um aumento significativo da despesa do Estado em mecanismos de proteção social, acompanhado de um acentuar do peso relativo das mesmas nas contas públicas. A presente dissertação procura identificar os determinantes da despesa global com prestações sociais diretas e analisar quais os seus impactos nas diferentes prestações sociais, através de uma análise econométrica de séries temporais aplicada a Portugal no período entre 1980 e 2022.

Os resultados demonstram que a diminuição do peso do setor secundário, as fracas taxas de crescimento económico e o aumento da dívida pública tiveram um efeito positivo na variação da despesa social, no curto e longo prazo, especialmente o processo de desindustrialização. Estes resultados contribuem para a compreensão da evolução da despesa social em Portugal e sublinham o papel da política pública na evolução da estrutura económica e social do país, evidenciando como as transformações estruturais da economia, associadas a decisões de política económica e ao contexto macroeconómico, influenciam diretamente a sustentabilidade e a orientação das políticas de proteção social em Portugal.

Palavras-Chave: Despesa Pública, Prestações Sociais, Portugal, Séries Temporais, ARDL

Códigos de Classificação JEL: H53, C32

Abstract

The increase in public expenditure on social benefits continues to be at the centre of both academic debate and public policy discourse. In the decades following 25 April 1974, with the establishment of a genuine social security system in Portugal, there was a significant rise in State spending on social protection mechanisms, accompanied by a growing relative weight of such expenditure in public accounts. The present thesis seeks to identify the determinants of total expenditure on direct social benefits and to assess their impact on different types of social transfers, through an econometric time series analysis applied to Portugal over the period 1980–2022.

The results show that the decline in the share of the secondary sector, weak economic growth rates, and the increase in public debt had a positive effect on changes in social expenditure, both in the short and long term, particularly through the process of deindustrialisation. These findings contribute to a better understanding of the evolution of social spending in Portugal and highlight the role of public policy in shaping the country's economic and social structure, demonstrating how structural transformations in the economy, together with economic policy decisions and the broader macroeconomic context, directly influence the sustainability and direction of social protection policies in Portugal.

Keywords: Public Expenditure, Social Benefits, Portugal, Time-Series, ARDL

JEL Classification Codes: H53, C32

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	1
Capítulo 1. Revisão da Literatura	5
Capítulo 2. Modelo e Hipóteses	13
Capítulo 3. Dados	17
Capítulo 4. Abordagem Econométrica	25
Capítulo 5. Testes de Diagnóstico	27
Capítulo 6. Apresentação e Discussão de Resultados	31
Conclusão	39
Referências Bibliográficas	41
Anexo A	47
Anexo B	49

Índice de Quadros e Figuras

Figura 1: Evolução da despesa pública com prestações sociais diretas, em percentagem (%) do PIB	1
Figura 2: Evolução da despesa pública com diferentes tipologias de prestações sociais diretas, em percentagem (%) do PIB	2
Quadro 1.1: Divisão dos fatores determinantes da despesa social do Estado	5
Quadro 3.1: Descrição das Variáveis Dependentes, unidades de medida, dimensão da amostra e fonte de informação	19
Quadro 3.2: Descrição das Variáveis Independentes, unidades de medida, dimensão da amostra e fonte de informação	19
Quadro 3.3: Estatística Descritiva das variáveis independentes e dependentes	20
Quadro 3.4: Matriz de correlação entre variáveis	21
Quadro 3.5: R^2 , TOL E VIF	22
Quadro 3.6: p-values do teste ADF	23
Quadro 5.1: Valores dos critérios de informação por Lags	27
Quadro 5.2: Teste à cointegração por limites (Pesaran et al., 2001)	28
Quadro 5.3: Testes de Diagnóstico	29
Quadro 6.1: Coeficientes dos modelos ARDL	32
Quadro 6.2: Impacto económico das estimativas de Longo-Prazo	37

Introdução

Nas últimas décadas, a evolução da despesa pública com prestações sociais tem assumido um papel central no debate académico e político, refletindo-se nas discussões em torno da sustentabilidade das finanças públicas e da eficácia do sistema de proteção social. Em Portugal, este tema adquire particular relevância no contexto do processo de consolidação do Estado social, iniciado após o 25 de Abril de 1974, período em que se assistiu à criação e expansão de um verdadeiro sistema de segurança social universal.

Desde então, a despesa do Estado com mecanismos de proteção social tem registado um crescimento expressivo e continuado (Figura 1), tornando-se uma das principais componentes da despesa pública, acima dos valores médios registados pelos países da OCDE, nomeadamente na última década. Esta evolução está alicerçada na trajetória das suas principais componentes (Figura 2), de onde se destaca a despesa com “Pensões, Suplementos e Complementos”, quer no seu peso relativo face ao Produto Interno Bruto (PIB), quer na sua evolução ao longo do tempo.

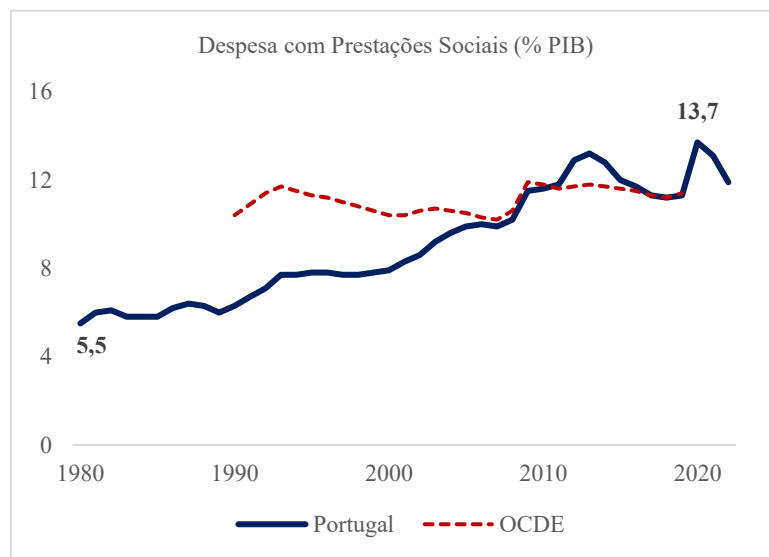


Figura 1: Evolução da despesa pública com prestações sociais diretas, em percentagem (%) do PIB

(Fonte: IGFSS, I.P. & OCDE)

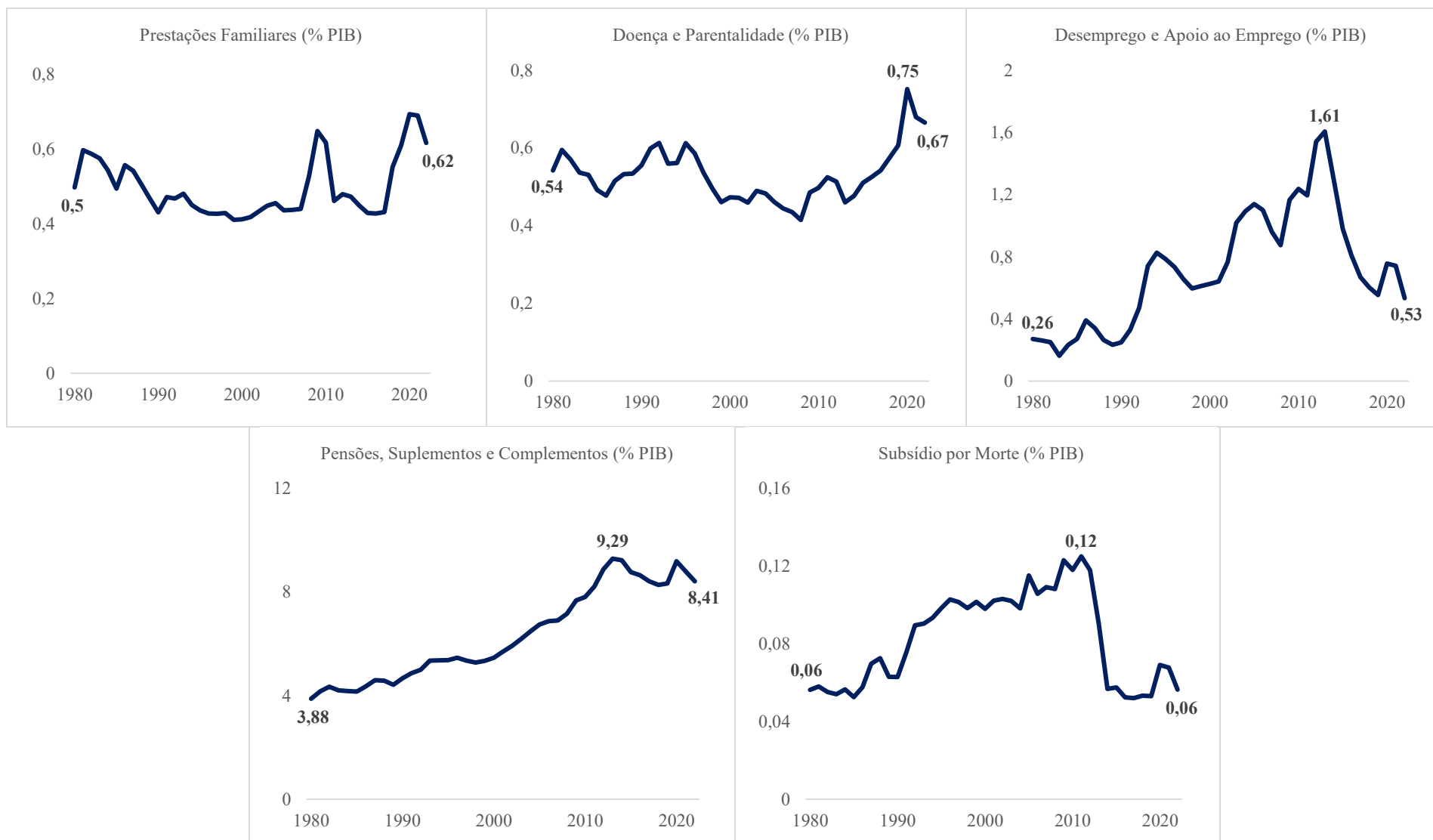


Figura 2: Evolução da despesa pública com diferentes tipologias de prestações sociais diretas, em percentagem (%) do PIB

(Fonte: IGFSS, I.P.)

A literatura tem procurado compreender os fatores determinantes da despesa pública, nomeadamente da despesa com prestações sociais, como o subsídio de desemprego ou as pensões de velhice, identificando impactos com origens diversas, desde o ciclo económico (Prasad & Gerecke, 2010; Afonso & Jalles, 2013; Tashevskaja, et al., 2019), o peso da dívida pública (Tashevskaja et al., 2019; Haelg et al., 2020), a estrutura etária da população (Rozensky, 2014; Haelg et al., 2020; Temsumrit, 2023), a desigualdade de rendimentos (Bradley et al., 2003; Tashevskaja et al., 2019), a orientação ideológica dos governos (Swank, 2005; Haelg et al., 2020), o estado da globalização económica (Rodrik, 1998; Avelino et al., 2005; Rozensky, 2014; Szymanska, 2021) e o próprio processo de desindustrialização (Iversen & Cusack, 1998; Iversen, 2001).

Assim, o estudo da evolução da despesa com prestações sociais em Portugal constitui uma oportunidade para aprofundar a análise dos determinantes económicos e estruturais que moldam as necessidades de despesa do Estado português, aprofundando um estudo de caso ainda pouco analisado, uma vez que são poucos os estudos para o caso de Portugal que se afastem das variáveis mais comumente investigadas.

Este trabalho tem como principal objetivo identificar os determinantes da despesa com prestações sociais diretas, em Portugal, e avaliar o impacto de diferentes variáveis sobre a sua evolução e a das suas componentes, alargando a análise em curso não apenas ao valor da despesa total, mas sim às suas diferentes componentes.

Para o efeito, recorreu-se a uma análise econométrica de séries temporais para o período compreendido entre 1980 e 2022, utilizando um modelo ARDL (*Autoregressive Distributed Lag*), proposto por Pesaran et al. (2001), tendo em conta a existência de variáveis estacionárias em níveis e variáveis estacionárias em primeiras diferenças. Este modelo permite captar tanto os efeitos de curto prazo como as relações de equilíbrio de longo prazo, oferecendo uma perspetiva dinâmica sobre a evolução da despesa social ao longo do tempo.

Os resultados obtidos demonstram que a diminuição do peso do setor secundário, as fracas taxas de crescimento económico e o aumento da dívida pública contribuíram positivamente para o crescimento da despesa social, tanto no curto, como no longo prazo. Destaca-se, em particular, o papel da desindustrialização, que surge como um fator estruturante na expansão das necessidades de proteção social.

Esta dissertação estrutura-se da seguinte forma. O primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico e a revisão da literatura sobre os determinantes da despesa social, enquanto o segundo apresenta a construção do modelo econométrico teórico e respetivas hipóteses, com base na revisão de literatura apresentada. Ao longo do terceiro capítulo

apresentam-se os dados utilizados. Nos capítulos quarto e quinto são definidas as etapas da abordagem metodológica escolhida e realizados os respectivos testes de diagnóstico, respetivamente. No capítulo sexto são apresentados e discutidos os principais resultados obtidos, seguido do capítulo sétimo, com a conclusão do trabalho realizado.

CAPÍTULO 1

Revisão de Literatura

O fenómeno do aumento da despesa social do Estado tem despoletado variado interesse académico, com o objetivo de compreender as suas origens, procurando identificar os fatores que fundamentam a sua evolução e cujas consequências se refletem consideravelmente na necessidade de assegurar a sustentabilidade das contas públicas.

Com base em fatores abordados ao longo da literatura e adaptando a categorização proposta por Prasad & Gerecke (2010), propõe-se dividir, neste trabalho, os determinantes da despesa social do Estado em quatro categorias diferentes (Quadro 1.1.).

Quadro 1.1: Divisão dos fatores determinantes da despesa social do Estado

Económicos e de Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none">• Crescimento e Ciclo Económico;• Dívida Pública;• Desigualdade de rendimentos;
Institucionais e Políticos	<ul style="list-style-type: none">• Ideologia do Poder Político;
Comerciais e Industriais	<ul style="list-style-type: none">• Globalização;• Desindustrialização;
Demográficos	<ul style="list-style-type: none">• Envelhecimento populacional

Para os autores associados aos fatores “Económicos e de Desenvolvimento”, o aumento da despesa social do Estado está associado a trajetórias de desenvolvimento e crescimento económico, sugerindo que a estes está naturalmente implícito um aumento da dimensão do governo (Prasad & Gerecke, 2010)¹, devendo entender-se “dimensão” como a despesa pública do Estado, numa lógica de necessidade de mitigação dos impactos sociais do crescimento económico.

Neste sentido, fatores como o Crescimento e o Ciclo Económico (Prasad & Gerecke, 2010; Afonso & Jalles, 2013; Tashevskva et al., 2019) e a Dívida Pública (Tashevskva et al., 2019; Haelg et al., 2020) são apontados como diretamente relacionados com a variação da despesa.

No caso do Ciclo Económico, a evidência parece apontar para um efeito contra-cíclico desta despesa, numa lógica de aumento da despesa em reação a um cenário socioeconómico mais desfavorável, como uma crise, e vice-versa. O mesmo é sinalizado no que concerne à Dívida

¹ De acordo com os autores, este processo deverá ser referenciado a Wagner, enquanto a “Lei da expansão da atividade do Estado”, ou simplesmente “*Lei de Wagner*”.

Pública², onde se perspectiva uma redução da despesa social em função de um valor da dívida pública em trajetória de redução, ou seja, quando a dívida aumenta, a despesa pública também tenderá a aumentar (Tashevskaja et al., 2019).

No entanto, apesar de diversos autores se desdobrarem em esforços para associar métricas de crescimento a variações na despesa social do Estado, poucos se parecem ter disponibilizado para abordar os efeitos de fatores da esfera do Desenvolvimento.

Os trabalhos de Bradley et al. (2003) e de Tashevskaja et al. (2019), alinhados com o de Meltzer & Richard (1981) e Alesina & Perotti (1996), relacionam o aumento da Desigualdade na Distribuição de Rendimentos e a maior despesa social, contribuindo para fundamentar uma perspectiva que pouco parece ter merecido o foco de estudos académicos.

Segundo estes autores, à medida que a desigualdade de rendimentos se adensa, gerando maior pobreza relativa e exclusão social (e decorrente necessidade de apoio por parte do Estado), maior será o pendor reivindicativo das populações, levando a uma necessidade política de aumentar a redistribuição social, por forma a garantir a sua própria popularidade.

Por sua vez, os defensores das variáveis “Institucionais e Políticas” alicerçam o seu estudo numa visão que associa os aumentos de despesa ao sistema democrático e à presença de partidos de extrema-esquerda, esquerda ou social-democratas em órgãos do poder legislativo, como os governos ou os parlamentos nacionais (Prasad & Gerecke, 2010). Associado a esta visão, tem sido investigado o impacto da Ideologia do Governo (Iversen, 2001; Bradley et al., 2003; Swank, 2005; Haelg et al., 2020) na variação da despesa social.

Segundo Hausken et al., citado por (Prasad, N. & Gerecke, M., 2010:225), “Recente literatura demonstra que os governos escolhem o nível de despesa que maximiza o seu apoio político (...). Governos autocráticos geram apoio político através do pagamento de rendas à elite, enquanto governos democraticamente eleitos providenciam bens públicos para o apoio da população em geral.”.

No entanto, segundo os estudos de Swank (2005) e Haelg et al. (2020), não é todo o poder político democrático que está predisposto a aumentar a despesa social, verificando-se uma relação entre a posição ideológica dos partidos que compõem os órgãos de poder legislativo e a variação na despesa. Na verdade, “(...) governos de partidos de esquerda, líquido de outras variáveis, estão significativamente relacionados com cada dimensão da proteção social (...)”

² A validade desta conclusão, que decorre do trabalho de Tashevskaja et al. (2019), deve ser analisada com cuidados redobrados. Segundo as conclusões dos próprios autores, esta relação é evidente quando se considera o “Saldo Primário”, ficando o seu impacto consideravelmente reduzido quando se analisada a “Dívida Global” do Estado.

(Swank, 2005:190-191), verificando-se que a um aumento da despesa social está associado à presença de governos liderados por partidos políticos da esquerda (Haelg, et al., 2020).

Segundo Potrafke (2009), citado por (Haelg, 2020:18), “Este resultado sugere que governos de esquerda são mais ativos na proteção dos cidadãos face a processos rápidos de globalização do que governos de centro ou de direita – um efeito que está em linha com as ideias centrais da política partidária e anteriores estudos empíricos.”.

Por fim, no que aos fatores “Comerciais e Industriais” diz respeito, verifica-se, na literatura existente, uma grande preponderância de estudos dedicados a compreender a dimensão do impacto dos processos de globalização/abertura comercial (sendo o seu quadro teórico maioritariamente alicerçado numa lógica que coloca o aumento da despesa como consequência de fatores externos à economia nacional), enquanto um conjunto aparentemente mais marginal de autores se dedica ao estudo dos impactos do processo de desindustrialização (terciarização) na variação da despesa social (sendo o seu quadro teórico maioritariamente alicerçado numa lógica oposta aos anteriores, onde se coloca o aumento da despesa como consequência de fatores internos da economia nacional).

Assim sendo, vários autores se propuseram, por um lado, a estudar o impacto da Globalização na despesa social (Rodrik, 1998; Avelino et al., 2005; Rozensky, 2014; Ko & Min, 2016; Szymanska, 2021), que, segundo Garrett, citado por (Iversen, 2001:5), segue o seguinte argumento teórico: “Talvez o impacto mais importante da globalização seja o de aumentar as mudanças sociais e a insegurança económica, à medida que a distribuição de rendimentos e empregos se torna mais instável, em empresas e indústrias. [...] Dado este nexos entre globalização e insegurança económica, não é surpreendente que as políticas do governo que amortecem estas alterações no mercado, através da redistribuição da riqueza e do risco, sejam tão populares hoje como nunca no passado.”.

Isto porque, segundo Prasad & Gerecke (2010), os argumentos da Globalização prendem-se com um racional que associa maior risco económico com a necessidade da sua mitigação, através da expansão de ação do próprio Estado, por forma a garantir que os diversos reajustamentos do mercado interno (em função do aumento dos choques externos decorrentes da maior abertura ao exterior) veem o seu impacto reduzido nas populações (com o objetivo também de garantir a continuidade pública do apoio à política de globalização)³, procurando,

³ Argumento esse que vai ao encontro do nexos causal preconizado por autores dos fatores “Institucionais e Políticos”, ao defenderem que o nível democrático e a reivindicação social estão relacionados com o aumento da despesa.

para esse efeito, alcançar maior redistribuição dos ganhos adquiridos economicamente com a globalização (“Hipótese da Compensação”).

Esta relação positiva entre Globalização e despesa social é contrariada, apesar de tudo, por trabalhos como o de Busemeyer (2009), onde se procura mostrar que, apesar dessa relação positiva ser a mais largamente aceite, ela pode, na verdade, ser negativa, significando que a um aumento da globalização pode, na verdade, estar associado uma quebra na despesa social. Isto porque, com a internacionalização dos mercados e a liberalização financeira, os governos enfrentam pressões para aumentar a despesa pública, o que dificulta a manutenção de altos níveis de despesa social. Além disso, o processo político é lento, e os efeitos da globalização (como a concorrência fiscal e as mudanças nas prioridades económicas e políticas) aparecem gradualmente, desafiando a "Hipótese da Compensação" (Busemeyer, 2009).

No entanto, vários autores se prestaram a contrariar, de todo, esta visão sobre a relevância da Globalização.

Segundo os estudos de Molana et al. (2004:7), os resultados empíricos associados à visão globalista “(...) falham em fornecer extraordinário suporte a uma relação causal positiva entre abertura comercial internacional e dimensão do governo”, enquanto Kim (2007) coloca em causa o recurso à volatilidade económica enquanto elemento capaz de participar no nexo causal entre abertura ao exterior e despesa social.

Por outro lado, outros autores procuraram contrariar esta tese baseada na exogeneidade de fatores capazes de explicar a variação na despesa social, com um conjunto de estudos assentes numa visão contrária. Ou seja, através de um quadro teórico que se propõe a explicar este fenómeno através de fatores internos e da economia doméstica, nomeadamente, através do processo da Desindustrialização.

A justificação para o aumento da despesa social prende-se com o facto de “(...) a maioria do risco gerado nas sociedades industriais modernas ser o resultado de transformações estruturais tecnológicas induzidas dentro dos mercados de trabalho. Aumento da produtividade, alterações nos padrões de consumo e saturação da procura (...)” (Iversen & Cusack, 1998:1), geradores do fenómeno da Desindustrialização, levando a uma contração significativa do emprego nos setores agrícola e industrial.

A noção de que a Desindustrialização é indutora de maiores despesas sociais decorre dos seus impactos nas populações, enquanto causadora de maior desigualdade social e insegurança financeira, principalmente no que concerne ao impacto no emprego (Tomlinson, 2016), ao mesmo tempo que esses impactos são consequências da perda de capacidade produtiva e de rendimentos, da privação material e laboral, da desintegração comunitária e da marginalização

das populações anteriormente dependentes dos setores agrícola e industrial (Scheiring & King, 2022).

Os indivíduos “(...) enfrentam riscos significativos em resultado destas alterações [no mercado de trabalho]. Aqueles que ficam sem emprego, ou em risco disso mesmo, poderão descobrir que o conhecimento que possuem não é facilmente convertível em outras partes da economia, onde o emprego possa estar em expansão, como os serviços. (...) Para muitos, a perda de emprego em setores tradicionais [leia-se, neste contexto, setor primário e setor secundário] acarreta um completo abandono da força de trabalho.” (Iversen & Cusack, 1998:2). O mecanismo explorado pelos autores implica assim que a barreira de capacidades e conhecimento, entre os setores primário e secundário e o setor terciário, representa uma dificuldade acrescida à mobilidade do fator trabalho na economia nacional. Devido a esta incapacidade de reconversão de *skills* e de capital humano, parte da mão de obra afetada por processos de desindustrialização em curso passará a engrossar os números do desemprego ou da população inativa, originando um maior recurso dos cidadãos afetados ao Estado, através da necessidade e reivindicação de proteção social (Iversen, 2001).

Em sintonia com esta visão, Liu & Na (2023) defendem igualmente que o processo de desindustrialização está relacionado com um aumento relativo da pobreza, nomeadamente através de repressão do crescimento económico e redução do emprego, apesar da limitação deste estudo a países em desenvolvimento, onde o peso relativo dos setores primário e secundário é maior.⁴

Adicionalmente, segundo Olney & Pacitti (2017), em sociedades onde este fenómeno já se consolidou, o impacto da Desindustrialização (ou Terciarização) da economia, parece acarretar um custo económico maior, em caso de crise económica, argumentando que a recuperação do emprego, em cenários de recessão, é prolongada em 40%, face a um cenário onde a Desindustrialização não se tivesse verificado (implicando um aumento relativo e hipotético na despesa social).

Mas, e talvez em função das dificuldades associadas e do aparente consenso que se criou, ao longo dos anos, em torno do argumento da Globalização, poucos foram os autores que se debruçaram sobre o fenómeno da Desindustrialização, deixando de parte uma oportunidade de

⁴ O impacto da desindustrialização é variado, conforme o estado de industrialização do próprio país. Se for uma economia de recente industrialização (como é o caso de países em desenvolvimento), esperar-se-á um maior impacto do processo de desindustrialização, face ao impacto verificado em países com processos pioneiros de industrialização (Iversen & Cusack, 1998; Iversen, 2001).

responder à realidade, num período recente em que se aglomeraram as críticas ao argumento da Globalização.

Além destes determinantes, outros autores optaram por abordar o ponto de vista Demográfico desta questão, segundo Wilensky, citado por (Prasad & Gerecke, 2010:224), com um dos argumentos que sustenta esta visão a prender-se com o facto de “(...) a percentagem de idosos na população aumentar com o grau de desenvolvimento económico, o que, conseqüentemente, aumenta as despesas (pensões, incapacidade, (...))”, alicerçando quer no aumento da qualidade de vida, quer na esperança média de vida, quer na redução da natalidade, um aumento da necessidade de despesa com a população, devido ao aumento de anos que passarão a desfrutar em situação de reforma e do peso relativo que passam a ter na população.

Nesse sentido, fatores associados ao Envelhecimento populacional e à Dependência dos idosos (Capucha, 2005; Mason et al., 2010; Rozensky, 2014; Nagarajan et al., 2016; Haelg et al., 2020; Temsumrit, 2023) têm sido utilizados como explicação para o aumento da despesa, tornando-se até (na medida em que foi possível compreender a dimensão global de estudos realizados neste campo) uma das áreas de investigação com maior enfoque na academia.

A presença de fatores Demográficos na investigação e na dinamização da política pública, decorrente da aparente consensualização dos impactos negativos do envelhecimento sobre o aumento da despesa social, é contrariada pelos resultados obtidos por Garcia & Silva (2023), onde, argumentam os próprios, para o caso de Portugal, o envelhecimento da população não produz resultados conclusivos sobre a sua relevância enquanto fator explicativo do aumento da despesa, levando os autores a concluir que o mesmo não é uma das principais causas dos aumentos com despesa social⁵.

Esta conclusão decorre de um conjunto de alterações feitas à fórmula de cálculo do modelo da Segurança Social, sobretudo após 2007, como a introdução de um fator de sustentabilidade, procurando garantir que o resultado do cálculo das pensões está em maior conformidade com os valores reduzidos da natalidade nacional e do aumento da esperança média de vida, permitindo uma maior garantia de sustentabilidade das contas públicas da Segurança Social (demonstrando que o impacto do envelhecimento pode ser contrariado, em Portugal, evitando o seu efeito negativo na despesa pública).

Verificando-se uma reduzida presença de estudos associados à Desindustrialização (facto por demais evidente quando comparados com a existência de estudos que analisem fatores

⁵ Note-se que este estudo foca essencialmente nas despesas com pensões, e não no conjunto da despesa social do Estado. No entanto, dado que o peso das despesas com pensões representa a larga maioria da despesa social, a sua conclusão mantém-se relevante para a nossa análise.

associados ao Envelhecimento, à Globalização ou mesmo à Ideologia Política), e uma vez que também poucos são os estudos para o caso de Portugal que se afastem das variáveis mais comumente investigados (à falta de melhor informação), identifica-se assim uma lacuna na literatura que exige maior investigação, para a qual esta dissertação procura contribuir.

CAPÍTULO 2

Modelo e Hipóteses

O modelo econométrico utilizado nesta dissertação baseia-se numa equação de longo prazo para avaliar os determinantes da despesa social, em Portugal, seguindo a seguinte forma:

$$PS_t = \beta_0 + \beta_1 Eco_t + \beta_2 Inst_t + \beta_3 Com_t + \varepsilon_t \quad (2.1)$$

onde t representa o tempo (em anos), PS representa o conjunto de variáveis utilizadas para medir a despesa com prestações sociais, Eco é o conjunto das variáveis macroeconómicas, $Inst$ é a variável utilizada para captar os efeitos institucionais e políticos, Com é o conjunto das variáveis que compõem o debate entre globalização e desindustrialização e ε representa um erro independente e identicamente distribuído (ruído branco), com média 0 e variância constante.

Como apresentado anteriormente, este é o conjunto de preditores que, para o caso de estudo em causa, demonstra quer teórica, quer empiricamente, maior probabilidade de influenciar a despesa pública com prestações sociais, nas últimas décadas, nomeadamente o peso da dívida pública (Tashevskaja et al., 2019; Haelg et al., 2020), a dinâmica de crescimento da economia (Prasad & Gereke, 2010; Afonso & Jalles, 2013; Tashevskaja et al., 2019), a desigualdade na distribuição de rendimentos (Bradley et al., 2003; Tashevskaja et al., 2019), o peso da esquerda no poder legislativo (Swank, 2005; Haelg et al., 2020), o nível de globalização (Rodrik, 1998; Iversen, 2001; Busemeyer, 2009; Szymanska, 2021) e o peso do setor secundário na estrutura da economia portuguesa (Iversen & Cusack, 1998; Iversen, 2001; Tomlinson, 2016; Liu & Na, 2023).

Assim, a equação de longo-prazo para determinar as despesas sociais apresenta a seguinte especificação:

$$PS_t = \beta_0 + \beta_1 Dívida_t + \beta_2 Cresc_t + \beta_3 GINI_t + \beta_4 Esquerda_t + \beta_5 GAE_t + \beta_6 VAB_t + \varepsilon_t \quad (2.2)$$

onde t representa o tempo (em anos), PS representa o conjunto de variáveis utilizadas para medir a despesa com prestações sociais, $Dívida$ representa o endividamento público nacional, $Cresc$ representa a performance de crescimento registada, em Portugal, $GINI$ é o indicador utilizado para aferir a desigualdade de rendimentos, $Esquerda$ identifica o peso da orientação política de esquerda no parlamento português, GAE é a variável que representa o grau de globalização, VAB serve de *proxy* para a evolução do processo de desindustrialização e

ε_t representa um erro independente e identicamente distribuído (ruído branco), com média 0 e variância constante.

Ainda assim, e compreendendo-se a existência de elevado número de literatura sobre o impacto da demografia e das dinâmicas populacionais na despesa pública, tomou-se como pressuposto a sua não inclusão no modelo utilizado, para o caso de estudo nacional, contornando-se um eventual problema econométrico decorrente da inclusão de variáveis “irrelevantes”, o que conduziria a uma redução da eficiência dos estimadores (Wooldridge, 2013). Esta opção metodológica prende-se com as conclusões do estudo realizado por Garcia & Silva (2023), onde é defendida a não significância desta variável no estudo deste tipo de despesa, em Portugal.

As hipóteses do modelo, alicerçadas na literatura, permitem esperar que a Dívida, o GINI e a Esquerda tenham um impacto positivo na despesa pública e que o VAB contribua negativamente para a variação da despesa. Já os efeitos da globalização, GAE, e do Crescimento podem adotar um valor positivo ou negativo, de acordo com o abordado no Capítulo 2. Desta forma, é expectável que os coeficientes de longo-prazo apresentem os seguintes sinais:

$\beta_1 > 0$, pois a um aumento da dívida pública tende a estar associado um aumento da despesa social, com a evidência a apontar para uma tendência contra-cíclica desta despesa. Em períodos de maior aumento da dívida pública, também a despesa social aumenta em reação a um cenário socioeconómico mais desfavorável (Tashevskaja et al., 2019; Haelg et al., 2020);

$\beta_2 \gtrless 0$, na medida em que uma maior taxa de crescimento económico tende a estar associada uma diminuição da despesa social ($\beta_2 < 0$) através da redução do desemprego e da expansão da atividade económica, reduzindo-se a necessidade de intervenção do Estado social (Afonso & Jalles, 2013; Tashevskaja et al., 2019). Por outro lado, a um cenário de crescimento económico e desenvolvimento da economia, pode estar associado um aumento da despesa social ($\beta_2 > 0$) enquanto mecanismo de proteção das populações face às consequências negativas do próprio processo de crescimento, como a pobreza, a desigualdade e a exclusão social (Prasad & Gereke, 2010);

$\beta_3 > 0$, visto que a um aumento da desigualdade, nomeadamente a de rendimentos, está associada a maior necessidade de intervenção do estado, com os agregados familiares de menores rendimentos a serem mais propensos a necessitar de auxílio social (Bradley et al., 2003; Tashevskaja et al., 2019);

$\beta_4 > 0$, pois a um aumento no peso relativo do poder político situado à esquerda do espectro político associa-se uma maior predisposição do governo (ou equivalente com poder

legislativo) para proceder a aumentos na despesa social do Estado (Swank, 2005; Haelg, et al., 2020);

$\beta_5 \geq 0$, na medida em que a um cenário de crescente globalização económica pode estar associado uma diminuição da despesa social ($\beta_5 < 0$), através de pressões económicas e políticas para aumento de despesa pública com novas políticas, o que dificulta a manutenção de altos níveis de despesa social (Busemeyer, 2009). Ainda assim, a este aumento pode estar associado um aumento da despesa social ($\beta_5 > 0$), através de um racional que associa maior risco económico a uma maior necessidade da sua mitigação, através da expansão de ação do próprio Estado, por forma a garantir que os diversos reajustamentos do mercado interno (em função do aumento dos choques externos decorrentes da maior abertura ao exterior) veem o seu impacto reduzido nas populações (Rodrik, 1998; Iversen, 2001; Szymanska, 2021);

$\beta_6 < 0$, visto que a um cenário de desindustrialização está associado um aumento da despesa social do Estado, onde a redução do peso do setor secundário está associado um aumento relativo da pobreza, nomeadamente através: da repressão do crescimento económico e redução do emprego; de um custo económico maior, em cenário de crise económica; da perda de capacidade produtiva e de rendimentos, da privação material e laboral, da desintegração comunitária e da marginalização das populações; e da barreira à conversão do conhecimento e da experiência para entrada no setor terciário (Iversen & Cusack, 1998; Iversen, 2001; Tomlinson, 2016; Liu & Na, 2023).

CAPÍTULO 3

Dados

Os dados anuais utilizados na construção do modelo econométrico compõem uma amostra de 43 anos (N=43), num horizonte temporal definido entre 1980 e 2022, correspondendo ao período para o qual todas as variáveis se encontraram disponíveis. Os dados referentes às “Prestações Sociais” e ao “Coeficiente de GINI” encontram-se disponíveis a partir de 1977 e 1980, respetivamente, com os dados mais recentes sobre o GINI a reportar ao ano de 2022 (Quadros 3.1 e 3.2). Os dados foram recolhidos em novembro de 2024.

Esta amostra foi considerada relativamente robusta, uma vez que assenta num horizonte temporal de mais de quatro décadas, cobrindo a quase totalidade do período democrático nacional, onde a proteção social se consagrou como pilar do regime (Ferreira et al., 2016), permitindo uma análise de longo prazo sobre os aumentos estruturais da despesa social.

Procurando garantir que a análise realizada tem em consideração a potencial heterogeneidade das prestações sociais existentes, foram utilizados dados orçamentados pela Segurança Social (IGFSS, I.P.) quer numa perspetiva global, onde se considerou o valor total das mesmas, quer numa perspetiva mais segmentária, onde se recorreu aos valores isolados de cinco prestações sociais identificadas, nomeadamente “Prestações Familiares”, “Prestações por Doença e Parentalidade”, “Prestações por Desemprego e Apoio ao Emprego”, “Pensões, Suplementos e Complementos” e “Subsídio por Morte”⁶. O conjunto destas diferentes categorias, corresponde, em média, a 91,4% do total da despesa em prestações sociais da Segurança Social, entre 1980 e 2022.^{7,8}

Os dados considerados na despesa total das prestações sociais decorrem de uma rubrica de despesa do IGFSS, I.P., denominada “Prestações e Apoio a Famílias”, onde estão incluídas as transferências sociais diretas da Segurança Social. Todas estas variáveis são utilizadas em percentagem (%) do Produto Interno Bruto (PIB).

⁶ Uma descrição mais detalhada destas prestações sociais e das suas componentes é apresentada no Anexo A.

⁷ A rubrica “Ação Social” não foi considerada, dado não representar transferências diretas da Segurança Social para o cidadão, onde se inclui transferências correntes para o Ministério da Educação, com vista à comparticipação em despesas de educação pré-escolar.

⁸ As prestações sociais referentes a “Complemento Solidário para Idosos”, “Rendimento Social de Inserção”, “Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal”, “Subsídio de Reestruturação Familiar”, “Medidas Excepcionais e Temporárias (COVID)” e “Subsídio de Renda” não foram incluídas dada a ausência de dados suficientes para sustentar a sua análise, decorrente da sua introdução em horizontes temporais mais reduzidos.

Para as variáveis explicativas, por forma a aferir o impacto das condições macroeconómicas e de desenvolvimento (determinantes “Económicos e de Desenvolvimento”), optou-se por utilizar a “Dívida Pública”, em percentagem do PIB nacional e a partir de dados do Banco de Portugal e do PORDATA, a “Taxa de Crescimento Real” do PIB, com recurso a dados publicados pelo INE e pelo PORDATA, e o “Coeficiente de GINI”, fornecido pela *World Inequality Database* (WID/WTDI), com valores entre 0 e 1.

Utilizou-se, para captar o efeito das condições políticas nacionais (determinantes “Institucionais e Políticos”), o peso relativo do número de deputados de Partidos políticos de Esquerda (Centro-Esquerda, Esquerda Radical, Extrema-Esquerda, Ecologistas e Ambientalistas) - a “Esquerda Parlamentar”, em percentagem do número de eleitos que compõem anualmente a Assembleia da República⁹. Para os anos em que se verificam Eleições Legislativas, foram considerados os números de deputados em funções parlamentares durante o maior número de meses desse ano¹⁰. Estes dados foram obtidos através das composições parlamentares das diferentes legislaturas, publicados pelo site da Assembleia da República, tendo em consideração as alterações ao número total de deputados ao longo deste período¹¹.

Para aferir o impacto das condições comerciais e do tecido industrial português, recorreu-se aos dados do Banco Mundial (*World Bank*) sobre o “Grau de Abertura ao Exterior” (GAE), calculado pela soma das exportações e importações, expressa em percentagem do PIB nacional, como forma de considerar o nível de globalização, e aos do Banco de Portugal, sobre o “Valor Acrescentado Bruto [VAB] do Setor Secundário”, também em percentagem do PIB, como *proxy* para avaliar as condições industriais nacionais, incluindo da sua produtividade.

Os Quadros 3.1 e 3.2 sintetizam toda esta informação, com as indicações das variáveis, das suas unidades de medida, do horizonte temporal em que estavam disponíveis à data da recolha e a sua respetiva fonte de informação. O Quadro 3.3 apresenta também as estatísticas descritivas para cada uma das variáveis, dependentes e independentes, consideradas.¹²

⁹ Para este efeito, foram considerados os seguintes partidos: *Acção Social Democrata Independente* (ASDI), *Bloco de Esquerda* (BE), *LIVRE* (L), *Movimento Democrático Português* (MDP/CDE), *Pessoas-Anímaís-Natureza* (PAN), *Partido Comunista Português* (PCP), *Partido Ecologista “Os Verdes”* (PEV), *Partido Renovador Democrático* (PRD), *Partido Socialista* (PS), *União Democrática Popular* (UDP) e *União da Esquerda para a Democracia Socialista* (UEDS).

¹⁰ Caso uma eleição parlamentar ocorra, por exemplo, em outubro, como a de 2019, o número de deputados de esquerda eleitos nesse ato só será contabilizado no ano de 2020, imputando-se a 2019 o valor do ato eleitoral anterior, uma vez que, à data da nova eleição (outubro), já tinham decorrido 10 dos 12 meses do ano civil.

¹¹ Entre 1980 e 1991, a Assembleia da República foi composta por um total de 250 Deputados. A partir das eleições de 6 de outubro de 1991 este número foi reduzido para 230 (2.ª revisão da Constituição, aprovada pela Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de julho).

¹² O Anexo B apresenta a evolução temporal de cada uma das variáveis independentes utilizadas.

Quadro 3.1: Descrição das Variáveis Dependentes, unidades de medida, dimensão da amostra e fonte de informação

Variáveis	Unidade de medida	Horizonte Temporal	Fonte
Prestações Totais (PT)	Peso relativo das despesas com prestações sociais totais, face ao PIB nacional (%)	1980 – 2022	IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.
Prestações Familiares (PF)	Peso relativo das despesas com prestações familiares, face ao PIB nacional (%)	1980 – 2022	IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.
Prestações por Doença e Parentalidade (DP)	Peso relativo das despesas com prestações por doença e parentalidade, face ao PIB nacional (%)	1980 – 2022	IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.
Prestações por Desemprego e Apoio ao Emprego (DAE)	Peso relativo das despesas com prestações por desemprego e apoio ao emprego, face ao PIB nacional (%)	1980 – 2022	IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.
Pensões, Suplementos e Complementos (PSC)	Peso relativo das despesas com pensões, suplementos e complementos, face ao PIB nacional (%)	1980 – 2022	IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.
Subsídio por Morte (SM)	Peso relativo das despesas com subsídio por morte, face ao PIB nacional (%)	1980 – 2022	IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.

Quadro 3.2: Descrição das Variáveis Independentes, unidades de medida, dimensão da amostra e fonte de informação

Determinantes	Variáveis	Unidade de medida	Horizonte Temporal	Fonte
Económicos e de Desenvolvimento	Dívida Pública	Peso relativo das responsabilidades financeiras do setor das administrações públicas, face ao PIB nacional (%)	1980 – 2022	Banco de Portugal (BdP) e PORDATA
	Taxa de Crescimento Real	Taxa de crescimento do PIB nacional, líquido de inflação (%)	1980 – 2022	INE – Instituto Nacional de Estatística e PORDATA
	Coefficiente de GINI	Índice de dispersão de rendimentos/riqueza, com variação entre 0 (distribuição perfeitamente igual) e 1 (distribuição perfeitamente desigual)	1980 – 2022	<i>World Inequality Database</i> (WID/WTID)
Institucionais e Políticos	Esquerda Parlamentar	Peso relativo dos Deputados de Partidos Políticos de Esquerda, face ao total de Deputados eleitos (%)	1980 – 2022	Assembleia da República
Comerciais e Industriais	Grau de Abertura ao Exterior (GAE)	Peso relativo das trocas comerciais (Importações e Exportações) de bens e serviços, face ao PIB nacional (%)	1980 – 2022	<i>World Bank</i>
	Valor Acrescentado Bruto (VAB) do Setor Secundário	Peso relativo do Valor Acrescentado do setor secundário, face ao PIB nacional (%)	1980 – 2022	Banco de Portugal (BdP)

Por forma a garantir a exclusão da possibilidade de existência de multicolinearidade, procedeu-se à análise das correlações entre as variáveis (Quadro 3.4), tendo-se verificado que, nalguns casos, estas ultrapassaram o valor de referência de 0,8, em termos absolutos (Studenmund, 2016). Desta forma, procedeu-se à análise dos *Variance Inflation Factors* (VIF) para descartar esta possibilidade, tendo-se concluído pela exclusão da existência de multicolinearidade dado que todos os valores são inferiores a 20, de acordo com o apresentado no Quadro 3.5 (Greene, 2017).

Quadro 3.3: Estatística Descritiva das variáveis independentes e dependentes

Variáveis	Média	Mediana	Mín.	Máx.	Desvio-Padrão	Skewness	Kurtose
Prestações e Apoio a Famílias (PT)	.0902	.0825	.0554	.1368	.0254	.2603	1.6878
Prestações Familiares (PF)	.0049	.0047	.0041	.0069	.0008	.9882	2.8838
Prestações por Doença e Parentalidade (DP)	.0053	.0053	.0041	.0075	.0007	.9553	4.1180
Prestações por Desemprego e Apoio ao Emprego (DAE)	.0071	.0067	.0016	.0161	.0037	.4670	2.5193
Pensões, Suplementos e Complementos (PSC)	.0633	.0569	.0388	.0929	.0177	.3162	1.6240
Subsídio por Morte (SM)	.0008	.0009	.0005	.0012	.0002	.1176	1.5113
Dívida Pública	.7806	.6220	.303	1.341	.3197	.6601	1.9207
Taxa de Crescimento Real	.0200	.0190	-.082	.07	.0307	-.7960	4.4962
Coefficiente de GINI	.4837	.49	.43	.52	.0190	-.6923	3.4847
Esquerda Parlamentar	.5121	.5348	.387	.6261	.0840	-.2306	1.6376
Grau de Abertura ao Exterior	.6758	.6383	.5402	1.0136	.1086	1.0421	3.6178
VAB Secundário	.2706	.2699	.2095	.3703	.0501	.4236	1.8313

Quadro 3.4: Matriz de correlação entre variáveis

Variáveis	PT	PF	DP	DAE	PSC	SM	Dívida	Cresc.	GINI	Esquerda	GAE	VAB
PT	1											
PF	.2134	1										
DP	.0839	.5329***	1									
DAE	.7760***	-.1632	-.3401**	1								
PSC	.9920**	.1850	.0871	.7364***	1							
SM	.2064	-.2992*	-.4213**	.6269***	.1235	1						
Dívida	.9288**	.2153	.1899	.6034***	.9583***	-.0724	1					
Cresc.	-.4329**	-.1798	.0023	-.5189***	-.3920***	-.3197**	-.3324**	1				
GINI	.2213	-.5478**	-.6391**	.5557***	.1997	.6284***	.0830	-.1933	1			
Esquerda	.1910	.3452**	-.1381	.0088	.1550	.0826	.0639	-.0635	.0705	1		
GAE	.7808**	.2226	.2340	.3232**	.8239***	-.2329	.8479***	-.0027	-.0372	.2083	1	
VAB	-.9478**	-.0325	.0216	-.7932***	-.9409***	-.3475**	-.8387***	.3870**	-.4021**	-.1841	-.7391***	1

Nota: assinalou-se a significância de cada variável a 1% (***), a 5% (**) e a 10% (*)

Quadro 3.5: R², TOL E VIF

Variáveis	R ²	TOL	VIF
Dívida Pública	.87	.13	7.91
Taxa de Crescimento Real	.49	.51	1.97
Coefficiente de GINI	.47	.53	1.88
Esquerda Parlamentar	.17	.83	1.21
Grau de Abertura ao Exterior	.86	.14	7.21
VAB Secundário	.85	.15	6.80

Notemos que, como apresentado anteriormente (Figura 1), a despesa pública em prestações sociais tem registado aumentos consistentes ao longo deste período, enquanto o crescimento real da economia registou variações anémicas, a dívida pública aumentou, a desigualdade de rendimentos apresentou ligeiros aumentos, a presença da esquerda parlamentar apresentou uma ligeira tendência de crescimento, o grau de globalização aumentou e o peso do setor industrial reduziu-se significativamente.

Esta simultaneidade de factos encontra respaldo na análise realizada às correlações entre as variáveis (Quadro 3.4), onde o sinal negativo e significativo do crescimento económico e do VAB apontam para a existência de processos inversos de variação face a diferentes despesas sociais, enquanto o sinal positivo e significativo da dívida e do GAE indicia a presença de processos paralelos de variação positiva na dívida pública e na despesa pública.

De entre as variáveis em estudo, como demonstrado no Quadro 3.6, onde se apresentam os resultados do teste de estacionaridade de *Augmented Dickey and Fuller* (ADF) (1979), encontramos uma combinação de variáveis estacionárias em níveis, I(0) (“Prestações Familiares”, “Taxa de Crescimento Real”, “Coeficiente de GINI”, “Esquerda Parlamentar” e “VAB Secundário”) e estacionárias em primeiras diferenças, I(1) (“Prestações Totais”, “Prestações por Doença e Parentalidade”, “Prestações por Desemprego e Apoio ao Emprego”, “Pensões, Suplementos e Complementos”, “Subsídio por Morte”, “Dívida Pública” e “Grau de Abertura ao Exterior”).

Quadro 3.6: *p-values* do teste ADF

Variáveis	Nível		Primeiras Diferenças	
	Com Constante	Com Constante e Tendência	Com Constante	Com Constante e Tendência
PT	.7756	.1238	.0000	.0002
PF	.0288	.1048	.0000	.0002
DP	.4644	.7966	.0001	.0002
DAE	.2695	.6804	.0004	.0014
PSC	.8141	.4551	.0008	.0073
SM	.4884	.8768	.0030	.0073
Dívida	.6953	.7428	.0582	.2279
Cresc.	.0092	.0379	.0000	.0001
GINI	.0210	.3154	.0000	.0000
Esquerda	.0809	.2244	.0004	.0040
GAE	.9643	.5220	.0000	.0000
VAB	.5916	.7661	.0002	.0016

Abordagem Econométrica

Dada a natureza dos dados utilizados, numa combinação de variáveis estacionárias em primeiras diferenças e em níveis ($I(1)$ e $I(0)$, respetivamente), a abordagem econométrica utilizada deverá assentar na aplicação de um modelo ARDL (Pesaran et al., 2001). Este estimador apresenta diversas vantagens metodológicas que justificam a sua utilização na construção deste modelo econométrico.

Como enaltecido por Barradas (2024), este estimador permite a inclusão de variáveis integradas de ordem zero ($I(0)$) e de ordem um ($I(1)$), bem como de variáveis cointegradas entre si, reduzindo os riscos associados à aplicação de testes de raiz unitária em amostras de dimensão reduzida, como a de que se dispõe neste caso ($N=43$).

Em cenários de amostras como a que aqui se utiliza, o estimador apresenta um desempenho superior, quando comparado com outros métodos, sendo capaz de produzir estimativas consistentes e não enviesadas. Além disso, revela-se particularmente robusto na presença de endogeneidade entre algumas das variáveis explicativas, permitindo a estimação de modelos fiáveis sem necessidade de instrumentos adicionais. Esta metodologia tem a vantagem de permitir a estimação direta com as variáveis em níveis, sem a necessidade de diferenciação prévia das séries não estacionárias em $I(1)$. Esta característica contribui para uma interpretação mais clara e intuitiva dos coeficientes, especialmente no que se refere às relações de longo prazo.

É importante realçar que o modelo ARDL tem como principal objetivo explicar a evolução de uma variável ao longo do tempo com base não apenas nos seus próprios valores passados, mas também nos valores passados de outras variáveis que possam influenciá-la. Ou seja, o ARDL capta tanto a dinâmica da variável dependente — através dos seus termos autorregressivos — como os efeitos das variáveis independentes — através dos termos de desfasamento distribuído. Esta estrutura permite analisar, de forma integrada, as relações de curto e longo prazo entre as variáveis, tornando o modelo particularmente útil em contextos onde os ajustamentos económicos ou comportamentais não ocorrem de forma imediata.

Desta forma, para determinar o número de desfasamentos (*lags*) máximos necessários a aplicar em cada modelo procedeu-se a uma análise dos diferentes critérios de informação, tendo sido dado especial relevância ao critério AIC, dada a sua maior adequabilidade para amostras inferiores a 60 observações (Liew, 2004). A este propósito, importa realçar que a estimação de

um modelo ARDL, através do STATA¹³, atribui automaticamente a cada variável o número de defasamentos a utilizar, até ao máximo definido, de acordo com o critério utilizado.

De seguida, realizou-se o *Pesaran bounds test*, para avaliar a cointegração, desenvolvido por Pesaran et al. (2001), ainda que adaptado para amostras de menor dimensão, com nova definição de valores críticos, de acordo com Kripfganz & Schneider (2020). Na aplicação do mesmo, a hipótese nula da não cointegração deve ser rejeitada se o valor da estatística F for superior ao limite superior definido pelo teste, não deve ser rejeitada se estiver abaixo do limite inferior e o teste deve ser considerado inconclusivo se o valor de F estiver entre os limites críticos identificados.

Após verificada a cointegração das variáveis em estudo, realizou-se um conjunto de testes de diagnóstico, com o objetivo de avaliar a ausência de autocorrelação, a normalidade e a heteroscedasticidade dos resíduos, seguindo-se um teste para avaliação da forma funcional dos modelos em causa. Os testes considerados foram os seguintes:

- *Breusch-Godfrey LM test*, para avaliar a autocorrelação,
- *Jarque-Bera*, para avaliar a normalidade,
- *Breusch-Pagan-Godfrey*, para avaliar a heteroscedasticidade,
- *Ramsay RESET*, para avaliar a forma funcional do modelo.

Sem a garantia de aprovação, dos diferentes modelos, nos diferentes testes, não se encontra garantido elevado grau de confiança nas conclusões retiradas do processo de estimação realizado posteriormente.

Estando garantida, a validação dos pressupostos econométricos necessários, procedeu-se à estimação dos modelos em causa, seguindo-se a respetiva análise aos determinantes de longo e curto-prazo da despesa com prestações sociais, possibilitando também a avaliação dos efeitos económicos das estimativas realizadas (McCloskey & Ziliak, 1996; Ziliak & McCloskey, 2004). Através da análise dos efeitos económicos contribui-se para identificar o impacto de cada variável estatisticamente significativa no comportamento da variável dependente.

¹³ Recorrendo ao seguinte comando: `ardl Y X1 X2 ... Xi, maxlags(n) aic ec.`

CAPÍTULO 5

Testes de Diagnóstico

No seguimento dos procedimentos enumerados anteriormente, para se proceder à aplicação do ARDL, foi necessário determinar o número de defasamentos (*lags*) máximos necessários a aplicar em cada modelo. Na definição do número ótimo de defasamentos a considerar para inclusão no modelo, foi determinado o máximo de 3 *lags*. A escolha justifica-se pelo facto de a utilização de um número superior comprometer a condição de estabilidade do modelo VAR, apresentando mais do que uma raiz localizada fora do círculo unitário, violando assim um dos pressupostos para a validade da análise em modelos VAR (Barradas, 2024). Desta forma, como é possível verificar através do Quadro 5.1, para todos os modelos estimados, o número de defasamentos ótimo a incluir no modelo é 3.

Quadro 5.1: Valores dos critérios de informação por *Lags*

Modelos	Lags	LR	FPE	AIC	SC	HQ
PT	0	n.d.	1.8e-21	-27.8973	-27.6018	-27.7905
	1	461.84	2.1e-25	-36.9933	-34.6289*	-36.1384*
	2	113.52	1.8-25*	-37.3814	-32.9481	-35.7785
	3	118.61*	2.1e-25	-37.8967*	-31.3945	-35.5457
PF	0	n.d.	3.5e-23	-31.8359	-31.5404	-31.7291
	1	472.45	3.1e-27*	-41.1972	-38.8327*	-40.3423*
	2	100.67	3.7e-27	-41.264	-36.8307	-39.6611
	3	99.715*	7.1e-27	-41.3069*	-34.8047	-38.9559
DP	0	n.d.	2.8e-23	-32.063	-31.7674	-31.9561
	1	474.52	2.4e-27*	-41.476	-39.1115*	-40.6211*
	2	100.55	2.8e-27	-41.5398	-37.1065	-39.9369
	3	110.45*	4.1e-27	-41.8511*	-35.3489	-39.5001
DAE	0	n.d.	2.7e-22	-29.7838	-29.4882	-29.6769
	1	482.64	1.9e-26*	-39.3998	-37.0353*	-38.5449*
	2	102.97	2.1e-26	-39.524	-35.0906	-37.921
	3	117.8*	2.6e-26	-40.019*	-33.5168	-37.668
PSC	0	n.d.	3.1e-22	-29.6547	-29.3592	-29.5479
	1	442.04	6.0e-26	-38.2556	-35.8912*	-37.4007*
	2	107.09	6.0e-26	-38.4828	-34.0495	-36.8799
	3	131.48*	5.2e-26*	-39.3198*	-32.8176	-36.9688
SM	0	n.d.	2.0e-24	-34.6872	-34.5803	-34.3916
	1	482.67	1.4e-28	-44.3039	-43.449*	-41.9394*
	2	115.46	1.1e-28*	-44.7404	-43.1375	-40.3071
	3	100.3*	2.2e-28	-44.7981*	-42.4471	-38.2959

Nota: assinalou-se com * o valor crítico ótimo, como indicado pelo respetivo critério

De seguida, através do teste desenvolvido por Pesaran et al.. (2001), ainda que adaptado para amostras de menor dimensão, com nova definição de valores críticos, de acordo com Kripfganz & Schneider (2020), procedeu-se a um primeiro passo essencial na aplicação do estimador ARDL. A partir da aplicação deste teste (Quadro 5.2) concluiu-se que todas as variáveis incorporadas nos modelos estão cointegradas entre si, verificando-se que a Estatística F apresentou valores superiores ao limite crítico máximo, para a generalidade dos níveis de significância habituais.

Quadro 5.2: Teste à cointegração por limites (Pesaran et al., 2001)

Modelos	Estatística F	Valor Crítico	Limite Inferior	Limite Superior
PT	8.899	1%	4.024	6.175
		5%	2.817	4.464
		10%	2.324	3.760
PF	6.328	1%	3.999	5.892
		5%	2.846	4.331
		10%	2.367	3.678
DP ¹⁴	n.d.	1%	n.d.	n.d.
		5%	n.d.	n.d.
		10%	n.d.	n.d.
DAE	6.148	1%	4.036	6.313
		5%	2.802	4.530
		10%	2.303	3.801
PSC	15.901	1%	4.024	6.175
		5%	2.817	4.464
		10%	2.324	3.760
SM	11.803	1%	4.020	6.128
		5%	2.822	4.442
		10%	2.331	3.746

Estando garantida a condição de cointegração, recorreu-se à aplicação dos restantes testes de diagnóstico, por forma a garantir a não correlação dos resíduos, a sua normalidade e homoscedasticidade, enquanto se confirma que os diferentes modelos estão estimados de forma a garantir uma correta forma funcional (Quadro 5.3).

¹⁴ O teste *estat ectest* não consegue avaliar as condições de cointegração para o modelo DP, devido a insuficiência amostral, não estando verificada a presença de observações em mais do dobro do número de coeficientes gerados, para 3 desfasamentos. Ainda assim, assumiu-se a condição de cointegração, dada a generalizada verificação da mesma nos restantes modelos em estudo. Em todo o caso, as conclusões retiradas a partir da estimação deste modelo devem ser acompanhadas de cautela adicional.

Quadro 5.3: Testes de diagnóstico

Modelos	Teste	Estatística de Teste	<i>p-value</i>
PT	Breusch–Godfrey	3.205	.3611
	Jarque–Bera	.4868	.784
	Breusch–Pagan–Godfrey	.27	.6031
	Ramsey’s RESET	2.91	.0599
PF	Breusch–Godfrey	1.739	.6284
	Jarque–Bera	.1086	.9471
	Breusch–Pagan–Godfrey	.94	.3314
	Ramsey’s RESET	5.72	.0038
DP	Breusch–Godfrey	7.373	.0609
	Jarque–Bera	5.928	.0516
	Breusch–Pagan–Godfrey	.45	.5000
	Ramsey’s RESET	.24	.8687
DAE	Breusch–Godfrey	11.706	.0085
	Jarque–Bera	.1366	.934
	Breusch–Pagan–Godfrey	1.38	.2404
	Ramsey’s RESET	5.92	.0059
PSC	Breusch–Godfrey	3.912	.2712
	Jarque–Bera	.7711	.6801
	Breusch–Pagan–Godfrey	4.07	.0438
	Ramsey’s RESET	.24	.8677
SM	Breusch–Godfrey	14.530	.0023
	Jarque–Bera	5.454	.0654
	Breusch–Pagan–Godfrey	2.19	.1387
	Ramsey’s RESET	.47	.7061

Através da aplicação dos testes de diagnóstico confirma-se que os modelos PT, PF e DP não sofrem de qualquer constrangimento econométrico. Para estes três modelos, garantiu-se a ausência de autocorrelação dos resíduos, a sua distribuição normal, homoscedasticidade e correta definição funcional.

Nos modelos DAE, PSC e SM, os testes de diagnóstico indicaram a presença de autocorrelação. Para mitigar este problema, adotaram-se os erros-padrão de Newey–West (NW), que fornecem estimativas robustas da matriz de variância–covariância. Esta escolha é particularmente adequada em modelos ARDL aplicados a séries temporais, uma vez que a estrutura dinâmica inerente a este tipo de modelo tende a gerar resíduos correlacionados ao longo do tempo.

Um *p-value* inferior a .05, no Ramsey's RESET, como ocorre nos modelos DAE e PF, não deve ser sobrevalorizado. O teste em causa baseia-se na estimação através de um OLS, no entanto, em modelos ARDL, embora o OLS seja usado para estimar os coeficientes, a inclusão de defasagens já captura parte da complexidade dinâmica e não linearidade, tornando a reprovação menos preocupante (Pinho & Barradas, 2020).

Apresentação e Discussão de Resultados

Em primeiro lugar, observados os valores do R^2 e R^2 Ajustado (Quadro 6.1), importa realçar que os modelos parecem descrever bastante bem o comportamento e evolução das prestações sociais, nomeadamente das Prestações Totais (PT), com 95,13% e 91,74%, e das Pensões, Suplementos e Complementos (PSC), com 96,06% e 93,33%, respetivamente, sendo positivo assinalar que os maiores valores deste produto da estimação se verificam no modelo que representa o somatório da despesa social e na sua principal componente.

Os restantes apresentam valores marginalmente inferiores aos referidos, com o conjunto dos preditores a ser capaz de descrever 91,86% (84,13%) das prestações de Desemprego e Apoio ao Emprego, 88,75% (81,72%) da despesa com Subsídio por Morte, 82,46% (61,99%) das prestações por Doença e Parentalidade e 65,70% (53,87%) das Prestações Familiares.

Ao nível dos coeficientes de longo-prazo, quando analisamos o modelo das Prestações Totais, verificamos que quatro das seis variáveis independentes são estatisticamente significativas, enquanto o comportamento de variáveis referentes à desigualdade de rendimentos (GINI) e ao efeito da globalização (GAE) não tem impacto significativo nas despesas com prestações sociais, em Portugal.

Esta conclusão, retirada da análise do modelo PT, parece sustentada pela reduzida significância estatística destas variáveis na maioria dos restantes modelos, contribuindo para contrariar a hipótese sobre o papel da desigualdade de rendimentos na necessidade crescente de despesa social (Bradley et al., 2003; Tashevskaja et al., 2019) e para colocar o caso português num dos lados do debate que opõe a Globalização à Desindustrialização.

Por um lado, e dada a manutenção geral (com variações positivas marginais) dos níveis de desigualdade de rendimentos desde 1980, parece razoável a interpretação que resulta das estimações, concluindo-se que esse não seja um dos fatores determinantes para o aumento da despesa. Por outro lado, enquanto o GAE não apresenta coeficientes estatisticamente significativos para a maioria dos modelos, o inverso ocorre para o indicador utilizado para capturar o efeito da evolução do tecido industrial nacional – o VAB do setor secundário.

Quadro 6.1: Coeficientes dos modelos ARDL

	PT	PF	DP	DAE	PSC	SM
Estrutura	(2,0,2,0,3,0,3)	(2,0,0,0,1,0,1)	(3,3,2,3,1,3,0)	(3,3,3,3,0,1,0)	(2,3,1,0,3,0,1)	(1,2,3,0,0,3,0)
Observações	40	40	40	40	40	40
R ²	.9513	.6570	.8246	.9186	.9606	.8875
R ² Ajustado	.9174	.5387	.6199	.8413	.9333	.8172
Coefficiente de Ajustamento	-.5370*** (.102) [-5.27]	-.6013*** (.106) [-5.67]	-.0782 (.183) [-.43]	-.4664*** (.106) [-4.39]	-.6780*** (.082) [-8.31]	-.4600*** (.082) [-5.61]
Longo-Prazo						
Dívida	.0334*** (.007) [5.02]	.0016* (.001) [1.77]	-.0086 (.024) [-.36]	-.0053 (.005) [-1.09]	.0317*** (.002) [15.06]	-.0009*** (.001) [-2.97]
Crescimento	-.0904** (.038) [-2.35]	-.0060 (.004) [-1.37]	-.0577 (.128) [-.45]	-.0219 (.032) [-.69]	-.0432*** (.012) [-3.04]	.0045** (.002) [2.55]
GINI	-.0726 (.061) [-1.19]	-.0336*** (.009) [-3.75]	.0874 (.303) [.29]	-.0494 (.053) [-.94]	.0036 (.017) [.21]	-.0062*** (.002) [-3.18]
Esquerda	.0369*** (.012) [3.18]	.0054*** (.002) [3.47]	-.0279 (.067) [-.41]	-.0024 (.004) [-.59]	.0235*** (.004) [5.68]	.0007** (.001) [2.28]
GAE	-.0201 (.020) [-.98]	-.0034 (.003) [-1.28]	.0827 (.216) [.38]	-.0136 (.009) [-1.43]	-.0081 (.007) [-1.16]	-.0019** (.001) [-2.18]
VAB	-.3169*** (.035) [-9.10]	.0017 (.005) [.32]	.09680 (.245) [.39]	-.1152*** (.029) [-3.92]	-.1771*** (.011) [-16.5]	-.0097*** (.001) [-10.31]
Curto-Prazo						
ΔY_t	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
ΔY_{t-1}	.6633*** (.117) [5.69]	.4332*** (.149) [2.92]	-.1388 (.218) [-.64]	.6509*** (.162) [4.01]	.4689*** (.081) [5.79]	n.d.
ΔY_{t-2}	n.d.	n.d.	-.2702 (.188) [-1.44]	-.2448* (.142) [-1.73]	n.d.	n.d.
$\Delta Dívida_t$	n.d.	n.d.	.0027 (.002) [1.50]	-.0009 (.004) [-.24]	-.0128** (.005) [-2.43]	.0004 (.001) [1.43]
$\Delta Dívida_{t-1}$	n.d.	n.d.	.0018 (.002) [.88]	.0109*** (.004) [3.00]	-.0132*** (.004) [-3.01]	.0013*** (.001) [4.85]
$\Delta Dívida_{t-2}$	n.d.	n.d.	-.0026 (.002) [-1.56]	.0094** (.004) [2.64]	.0080*** (.003) [3.06]	n.d.
$\Delta Crescimento_t$	-.0699*** (.021) [-3.31]	n.d.	-.0014 (.005) [-.30]	-.0061 (.012) [-.50]	-.0158* (.008) [-1.95]	-.0019** (.001) [-2.68]
$\Delta Crescimento_{t-1}$.0206 (.015) [1.39]	n.d.	.0047 (.003) [1.41]	.0132 (.011) [1.17]	n.d.	.0003 (.001) [.61]
$\Delta Crescimento_{t-2}$	n.d.	n.d.	n.d.	.0250** (.009) [2.68]	n.d.	.0015*** (.001) [2.95]
$\Delta GINI_t$	n.d.	n.d.	-.0162* (.008) [-2.02]	.0063 (.019) [.33]	n.d.	n.d.

$\Delta GINI_{t-1}$	n.d.	n.d.	-.0128* (.006) [-2.03]	.0241 (.018) [1.32]	n.d.	n.d.
$\Delta GINI_{t-2}$	n.d.	n.d.	-.0129** (.005) [-2.45]	.0278* (.013) [2.06]	n.d.	n.d.
$\Delta Esquerda_t$	-.0067 (-.006) [-1.17]	-.0019* (.001) [-1.70]	.0023* (.001) [2.09]	n.d.	-.0105*** (.003) [-3.86]	n.d.
$\Delta Esquerda_{t-1}$	-.0105* (.006) [-1.76]	n.d.	n.d.	n.d.	-.0102*** (.003) [-3.59]	n.d.
$\Delta Esquerda_{t-2}$	-.0165*** (.006) [-2.81]	n.d.	n.d.	n.d.	-.0156*** (.003) [-6.16]	n.d.
ΔGAE_t	n.d.	n.d.	-.0037 (.003) [-1.27]	-.0076 (.005) [-1.46]	n.d.	-.0002 (.001) [-.46]
ΔGAE_{t-1}	n.d.	n.d.	-.0048* (.002) [-1.27]	n.d.	n.d.	.0001 (.001) [.09]
ΔGAE_{t-2}	n.d.	n.d.	-.0049** (.002) [-2.64]	n.d.	n.d.	-.0012*** (.001) [-4.67]
ΔVAB_t	.1189** (.056) [2.11]	-.0186* (.010) [-1.91]	n.d.	n.d.	.0881*** (.024) [3.72]	n.d.
ΔVAB_{t-1}	.0085 (.057) [.15]	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
ΔVAB_{t-2}	.1534*** (.051) [2.98]	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Constante	.0979*** (.023) [4.19]	.0115*** (.004) [3.09]	-.0075 (.007) [-1.01]	.0357*** (.012) [2.92]	.0538*** (.008) [6.48]	.0037*** (.001) [5.83]

Notas: assinalou-se a significância de cada variável a 1% (***), a 5% (**) e a 10% (*); Δ representa as primeiras diferenças; entre parêntesis () indica-se o erro-padrão e entre parêntesis retos [] indica-se a estatística de teste t.

Com coeficientes negativos e significativos a 1%, em quatro dos seis modelos, incluindo no das Prestações Totais (onde um aumento de 1 p.p. no VAB permite obter uma redução de 0,3169 p.p) e no das Pensões, Suplementos e Complementos (onde um aumento de 1 p.p. no VAB permite obter uma redução de 0,1771 p.p), confirma-se a tese elaborada por Iversen & Cusack (1998), onde os vários autores se têm alicerçado para defender o efeito esperado da redução do peso industrial numa economia desenvolvida, numa relação que associa à redução da presença do setor secundário um aumento da despesa com prestações sociais.

Um dos principais mecanismos apontados para relacionar despesa social e desindustrialização prende-se com a capacidade deste processo, de alteração à estrutura setorial e do emprego, produzir efeitos significativos ao nível da despesa com subsídios ao desemprego, sendo essa uma tese que encontra respaldo na economia portuguesa, através da estimação do modelo DAE, onde o VAB do setor secundário apresenta esse mesmo sinal negativo e significância a 1% (sendo, aliás, o único preditor com capacidade explicativa dentro dos limites de confiança habituais).

No caso da Dívida Pública, para os casos em que o seu coeficiente é estatisticamente significativo a níveis tradicionais (modelos PT, PF, PSC E SM), esta apresenta um comportamento genericamente em linha com o sugerido pela literatura, associando a uma maior percentagem de dívida pública uma maior necessidade de despesa com prestações sociais (Tashevskaja et al., 2019; Haelg et al., 2020). Quando analisado o Quadro 6.1, verificamos que a um aumento de 1 p.p. na Dívida Pública corresponde um aumento de 0,0334 p.p na despesa associada à rubrica das Prestações Totais e a um aumento de 0,0317 p.p. na despesa com Pensões, Suplementos e Complementos.

Quando olhamos para os resultados apresentados pela variável que pretende capturar o impacto da presença do poder político situado à esquerda do espectro político (o peso relativo da Esquerda parlamentar), verificamos que também este é significativo na generalidade dos modelos em estudo, com sinais positivos, em linha com o defendido por Swank (2005) e Haelg et al. (2020).

Assim, apresentando Portugal uma tendência de maior número de parlamentares de esquerda, ao longo do período em análise, esta conclusão parece sugerir que os papéis da social-democracia e restantes ideologias enquadráveis nos Partidos Políticos da Esquerda portuguesa foram determinantes na trajetória de aumento da despesa pública com prestações sociais. A um aumento de 1 p.p. no peso da Esquerda parlamentar corresponde um aumento de 0,0369 p.p. nas Prestações Totais, 0,0054 p.p. nas Prestações Familiares, 0,235 nas despesas com Pensões, Suplementos e Complementos e 0,0007 nas despesas com Subsídios por Morte.

Por outro lado, quando analisada a variável independente adotada para captar a evolução da atividade económica (Crescimento real), verifica-se um comportamento em linha com ambas as perspetivas teorizadas. Ao nível dos dois principais modelos em estudo (PT e PSC), o crescimento surge como tendo efeitos negativos na despesa social, em linha com os mecanismos identificados de promoção do emprego e da atividade económica (Afonso & Jalles, 2013; Tashevskaja et al., 2019), ainda que, para o modelo SM, esta variável surja com um coeficiente significativo e positivo, em linha com o efeito descrito por outros autores, onde a maior crescimento económico se associa a inevitabilidade do aumento da despesa social, para mitigar os efeitos sociais da expansão económica (Prasad & Gereke, 2010). Ainda assim, a variável não é estatisticamente significativa para os modelos PF, DP e DAE.

A um aumento de 1 p.p. na taxa de crescimento real do PIB está associada uma redução da despesa em 0,0904 (PT) e em 0,0432 (PSC), a níveis significativos, ainda que para o modelo SM o sinal se inverta, sugerindo-se que um aumento de 1 p.p. na taxa de crescimento origina um aumento da despesa com subsídios por morte, em 0,0045 p.p..

De uma perspetiva mais genérica, as variáveis utilizadas nos modelos em estudo apresentam uma capacidade explicativa individual bastante razoável, com quatro das seis a apresentarem coeficientes estatisticamente significativos nos casos dos modelos PT e PSC, enquanto todas as variáveis apresentam uma significância de 1% ou 5% no modelo SM.

Ainda assim, na análise de longo-prazo, os preditores adotados revelam-se incapazes de, individualmente, ser significativos, nos níveis de confiança tradicionais, para explicar as despesas com prestações associadas a Doença e Parentalidade (modelo DP), ainda que o R^2 e o R^2 Ajustado apresentem percentagens relevantes.

No que concerne às estimativas de curto-prazo, importa realçar que o coeficiente de ajustamento dos diferentes modelos é, à exceção do modelo DP, estatisticamente significativo, a 1%, apresentando um sinal negativo e um valor absoluto entre 0 e -2. Isto significa que os modelos ARDL apresentados convergem, na sua generalidade, para o equilíbrio de longo-prazo, mesmo quando se verifica um qualquer choque exógeno no curto prazo. Da interpretação dos seus valores, identificamos que a velocidade de ajustamento a um destes choques garante a correção do desvio, no espaço de um ano, em torno de 53,7%, 60,13%, 46,64%, 67,80% e 46%, para os modelos PT, PF, DAE, PSC e SM, respetivamente.

Em primeiro lugar, verifica-se que os desfasamentos da variável dependente surgem, na maioria dos modelos, com coeficientes positivos e estatisticamente significativos, o que confirma a existência de forte persistência dinâmica na evolução das despesas sociais. Este resultado sugere que os choques enfrentados num determinado período não se dissipam

imediatamente (Duval et al., 2007), prolongando os seus efeitos para períodos subsequentes (em linha com as conclusões retiradas dos valores do coeficiente de ajustamento).

A análise dos coeficientes de curto-prazo revela que a generalidade das variáveis independentes apresenta, no imediato, um comportamento genericamente idêntico ao identificado na análise de longo-prazo, com os aumentos da Dívida Pública e do GAE e as diminuições do Crescimento Económico e do VAB associados a um impacto positivo na variação da despesa pública com prestações sociais.

Por outro lado, no que diz respeito ao coeficiente de GINI, os coeficientes significativos apresentam sinal negativo, indicando que níveis mais elevados de desigualdade estão associados a uma diminuição da despesa social no curto prazo. Esta relação pode ser explicada pelo facto de políticas redistributivas de proteção social necessitarem de tempo para planeamento, aprovação e implementação. Adicionalmente, restrições orçamentais e prioridades de equilíbrio fiscal podem atrasar a resposta imediata das políticas sociais, como discutido em Korpi & Palme (1998) e Bradley et al. (2003).

A orientação política revela que a maior presença de deputados de partidos de esquerda na Assembleia da República está associada a uma contenção da despesa social no curto-prazo, conforme os coeficientes negativos e significativos em diferentes desfasamentos. Este resultado pode ser justificado pela necessidade de ajustes imediatos nas contas públicas ou por estratégias de gestão fiscal que oferecem prioridade a políticas de estabilização orçamental, em detrimento de implementação de políticas redistributivas (Alesina & Perotti, 1996; Huber & Stephens, 2001).

Por último, procurou-se identificar os principais determinantes do aumento da despesa pública com prestações sociais, desde 1980, através da análise dos efeitos económicos das estimativas de longo-prazo, fornecidas pelos modelos ARDL, apresentado pelo Quadro 6.2.

Em relação ao modelo geral, composto pelo somatório de todas as prestações sociais (PT), verificamos que os aumentos da dívida pública nacional e do peso da esquerda parlamentar e a redução do peso relativo do setor secundário no tecido económico nacional contribuíram decisivamente para o aumento das Prestações Totais (PT), durante este período. Caso este cenário não se tivesse verificado, ou seja, se as variáveis independentes não tivessem tido esse comportamento, a despesa média anual com prestações teria sido mais baixa, em cerca de 0,1 p.p., 0,01 p.p. e 0,42 p.p., respetivamente, em média em cada ano. Ainda assim, o comportamento da atividade económica não foi suficiente para atenuar este aumento, verificando-se que, na ausência de crescimento económico, o aumento da despesa média anual se teria acentuado em apenas 0,006 p.p.

Quadro 6.2: Impacto económico das estimativas de Longo-Prazo

Modelos	Variáveis Significativas	Coefficiente	Variação Média Acumulada	Efeito Económico
PT	Dívida	.0334	.0307	.0010
	Crescimento	-.0904	.0007	-6.3e-5
	Esquerda	.0369	.0040	.0001
	VAB	-.3169	-.0132	.0042
PF	Dívida	.0016	.0307	4.9e-5
	GINI	-.0336	.0010	-3.4e-5
	Esquerda	.0054	.0040	2.2e-5
DAE	VAB	-.1152	-.0132	.0015
PSC	Dívida	.0317	.0307	.0010
	Crescimento	-.0432	.0007	-3e-5
	Esquerda	.0235	.0040	.0001
	VAB	-.1771	-.0132	.0023
SM	Dívida	-.0009	.0307	-2.8e-5
	Crescimento	.0045	.0007	3.2e-6
	GINI	-.0062	.0010	-6.2e-6
	Esquerda	.0007	.0040	2.8e-6
	GAE	-.0019	.0147	-2.8e-5
	VAB	-.0097	-.0132	.0001

Notas: o coeficiente indicado decorre da estimação de cada modelo ARDL; a variação média corresponde à média das variações anuais de cada variável, entre 1980 e 2022; o efeito económico resulta da multiplicação dos dois valores anteriores.

Esta análise replica-se ao modelo utilizado para capturar a despesa com pensões (PSC), onde também os aumentos da dívida e da esquerda parlamentar e a redução do peso setor secundário contribuiram para o aumento destas prestações. Na ausência da sua variação, a despesa média anual com esta tipologia de prestações teria sido mais baixa, em cerca de 0,1 p.p., 0,01 p.p. e 0,23 p.p., respetivamente, em média em cada ano. De igual forma, a atividade da economia portuguesa, com fracos crescimentos médios, em termos reais, não foi capaz de contrariar o aumento da despesa, verificando-se que, na sua ausência, o aumento da despesa média anual se teria acentuado apenas em 0,003 p.p.

No que diz respeito às Prestações Familiares (PF), os aumentos da dívida pública e da esquerda parlamentar contribuiram para a variação positiva dos gastos públicos com este tipo de prestações sociais, verificando-se que, para o período em estudo, na sua ausência o aumento médio anual da despesa seria inferior, em cerca de 0,0049 p.p. e 0,0022 p.p., respetivamente. Por outro lado, os ligeiros aumentos nos níveis de desigualdade na distribuição de rendimentos contribuiram para contrariar o aumento da despesa, ainda que insuficientemente. Caso o indicador de GINI não tivesse verificado qualquer alteração, desde 1980, o valor da despesa média anual teria sido superior em cerca de 0,0034 p.p.

Para o aumento da despesa com prestações de Desemprego e Apoio ao Emprego contribuiu significativamente a redução do valor acrescentado do setor secundário, em Portugal,

concluindo-se que, num cenário de estabilidade do peso industrial na economia, a variação anual média da despesa seria inferior à verificada em cerca de 0,15 p.p.

Por fim, para o aumento da despesa com Subsídio por Morte (modelo SM) contribuíram significativamente o aumento da dívida pública nacional, o crescimento económico estagnado, o ligeiro aumento da desigualdade e do peso da esquerda parlamentar, o aumento significativo da globalização económica nacional e a redução acentuada do peso relativo do setor secundário na estrutura económica portuguesa. Na ausência de variação da Dívida, do GINI e do GAE verificar-se-ia um aumento superior da despesa média anual com estas prestações, em 0,0028 p.p., 0,0006 p.p. e 0,0028 p.p., respetivamente. Por outro lado, sem variações ao nível do Crescimento, da Esquerda e do VAB verificar-se-ia uma redução dos gastos públicos em 0,0003 p.p., 0,0003 p.p. e 0,01 p.p., respetivamente.

De forma genérica, confirma-se que o fraco crescimento económico, o aumento significativo da dívida pública, a presença crescente da esquerda na Assembleia da República e a redução sistemática do peso do setor secundário na economia portuguesa contribuíram para o aumento das despesas globais com prestações sociais, incluindo da sua principal componente. De entre as variáveis com impacto estatístico significativo nos nossos modelos, o VAB e a Dívida representam os principais determinantes da variação na despesa pública com prestações.

Conclusão

Entre 1980 e 2022, observou-se um aumento assinalável da despesa pública com prestações sociais diretas em Portugal, tendo esta dissertação procurado contribuir para o debate em torno dos fatores responsáveis por esta variação. Para o efeito, realizou-se uma análise econométrica em séries temporais, com dados referentes a este horizonte temporal. Os resultados indiciam que o aumento da dívida pública e da presença da esquerda na Assembleia da República, aliada a reduções no crescimento económico e no peso do setor secundário, contribuíram positivamente para o aumento desta despesa pública, em Portugal.

Os resultados apresentados têm implicações pertinentes para o processo de decisão pública, principalmente face à necessidade de mitigar o crescimento da despesa com prestações sociais, tendo em conta as regras orçamentais da Zona Euro. A redução do setor secundário revelou-se o determinante com maior impacto económico na variação da despesa, realçando a necessidade de os decisores políticos prosseguirem com políticas públicas capazes de promover a expansão deste setor económico, além da necessidade dos decisores políticos continuarem a orientar esforços no sentido de prosseguirem com a redução do rácio da dívida pública e de assegurar um crescimento económico mais acentuado.

Para alcançar estes objetivos podem ser adotadas políticas públicas que promovam simultaneamente a expansão do setor industrial e a sustentabilidade das finanças públicas. Entre essas políticas realçam-se o incentivo ao investimento privado, através de benefícios fiscais e linhas de crédito direcionadas para a modernização tecnológica e inovação, numa aposta clara na I&D enquanto motor da produtividade industrial e o reforço das infraestruturas existentes, reduzindo custos de contexto. Além disso, a promoção da transição verde e digital pode estimular novos setores industriais sustentáveis, enquanto a melhoria do ambiente de negócios e a simplificação de processos administrativos e burocráticos favorecem o investimento estrangeiro. Estas medidas, ao impulsionarem o crescimento económico e a produtividade, contribuem para o aumento das receitas públicas e, conseqüentemente, para a redução gradual e equilibrada do rácio da dívida pública.

Contudo, este estudo apresenta algumas limitações, realçando-se à partida que as conclusões do mesmo não devem ser alvo de generalização para outros estudos de caso, correndo o risco de não considerar as diferenças nos respetivos sistemas de proteção social. Ainda assim, futuras investigações poderão prosseguir o estudo do contexto português, procurando analisar em maior detalhe as tipologias de prestações sociais (com foco em

prestações sociais mais específicas, em detrimento das subcategorias utilizadas) e os impactos das diferentes atividades económicas englobadas no setor secundário.

Referências Bibliográficas

- Afonso, António and Jalles, João (2013), “The cyclicity of education, health, and social security government spending”, in *Applied Economics Letters*, Vol. 20, Nº. 7, pp. 669-672. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13504851.2012.730125>
- Alesina, Alberto and Perotti, Roberto (1996), “Income distribution, political instability, and investment”, in *European Economic Review*, Vol. 40, Nº. 6, pp. 1203-1228. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0014-2921\(95\)00030-5](https://doi.org/10.1016/0014-2921(95)00030-5)
- Avelino, George et al. (2005), “The Effects of Capital Mobility, Trade Openness, and Democracy on Social Spending in Latin America, 1980–1999”, in *American Journal of Political Science*, Vol. 49, Nº. 3, pp. 625–641. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2005.00146.x>
- Barradas, Ricardo (2024), “Why are (financialised) workers becoming more resigned and conformist and less claimant? Empirical evidence from Portugal”, in *Economic and Industrial Democracy*. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0143831X241265023>
- Barradas, Ricardo and Pinho, André (2018), “Determinants of the Portuguese government bond yields”, in *Dinâmia’CET-IUL Working Paper N°2018/03*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15847/dinamiacet-iul.wp.2018.03>
- Bradley, David et al. (2003), “Distribution and redistribution in postindustrial democracies”, in *World Politics*, Vol. 55, Nº. 2, pp. 193–228. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/wp.2003.0009>
- Busemeyer, Marius (2009), “From Myth to Reality: Globalisation and Public Spending in OECD Countries Revisited”, in *European Journal of Political Research*, Vol. 48, Nº. 4, pp. 455 – 482. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-6765.2009.00838.x>
- Capucha, Luís (2005), “Envelhecimento e políticas sociais: novos desafios ao sistema de protecção. Protecção contra o “risco de velhice”: que risco?”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 15, pp. 337-348. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/5307>
- Carnes, Matthew and Mares, Isabela (2010), “Deindustrialization and the rise of non-contributory social programs in Latin America”. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228468421_Deindustrialization_and_the_rise_of_non-contributory_social_programs_in_Latin_America

- Deacon, Bob (2000), “Eastern European welfare states: the impact of the politics of globalization”, in *Journal of European Social Policy*, Vol. 10, Nº. 2, pp. 146-161. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/a012487>
- Dickey, David and Fuller, Wayne (1979), “Distribution of the Estimators for Autoregressive Time Series With a Unit Root”, in *Journal of the American Statistical Association*, Vol. 74, Nº.366. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2286348>
- Duval, Romain et al. (2007), “Structural Policies and Economic Resilience to Shocks”, in *OECD Economics Department Working Papers*. Working Paper. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/140152385131>
- Ferreira, Ana et al. (2016), “Fundamentos constitucionais da proteção social: continuidades e ruturas”, in *Sociologia, Problemas e Prática*, NE, pp. 71-97. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/2613>
- Florian, Haelg et al. (2020), “Determinants of social expenditure in OECD countries”, in *KOF Working Papers*, Nº. 475. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10419/235089>
- Garcia, Maria and Silva, André (2023), “Pension expenditure determinants: the case of Portugal”, in *Institute of Public Finance*, Vol. 47, Nº. 2, pp. 177-203. Disponível em: <https://doi.org/10.3326/pse.47.2.2>
- Greene, William (2017), in *Econometric Analysis*, 8th edn. Boston: Addison Wesley Pearson.
- Hayo, Bernard and Neumeier, Florian (2012), “Leaders' impact on public spending priorities: The case of the German Laender”, in *MAGKS Joint Discussion Paper Series in Economics*, Nº 09-2012. Philipps-University Marburg, Faculty of Business Administration and Economics. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/kykl.12003>
- Huber, Evelyn and Stephens, John (2001), “Development and Crisis of the Welfare State: Parties and Policies in Global Markets”, in *Journal of Social Policy*, Vol. 32, Nº. 1, pp. 131-155. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0047279402216931>
- INE (2023), “GOVERNMENT EXPENDITURE REACHES 107 BILLION EURO, CORRESPONDING TO 44.8% OF GDP (47.7% IN 2021)”, in *GOVERNMENT EXPENDITURE STATISTICS*. Press Release. Disponível em: https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjk54Tps7yKAxVpBNsEHcvpMs4QFnoECBQQAaw&url=https%3A%2F%2Fwww.ine.pt%2Fngt_server%2Fattachfileu.jsp%3Flook_parentBoui%3D612132717%26att_display%3Dn%26att_download%3Dy&usq=A0vVaw35_V2Kpp2K3CxGjV-ayH6x&opi=89978449

- Iversen, Torben (2001), “The Dynamics of Welfare State Expansion: Trade Openness, Deindustrialization and Partisan Politics”, in Paul Pierson (ed.), *The New Politics of the Welfare State*, pp. 45-79. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/0198297564.003.0003>
- Iversen, Torben and Cusack, Thomas (1998), “The Causes of Welfare State Expansion: Deindustrialization or Globalization?”, in *Discussion Papers, Research Unit: Economic Change and Employment*, N°. FS I 98 – 304. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10419/44094>
- Ko, Hyejin and Min, Kichae (2019), “Determinants of social expenditures in post-socialist countries”, in *Economics and Sociology*, Vol. 12, N°. 2, pp. 253-264. Disponível em: https://www.economics-sociology.eu/index?675,en_determinants-of-social-expenditures-in-post-socialist-countries
- Korpi, Walter and Palme, Joakim (1998), “The Paradox of Redistribution and Strategies of Equality: Welfare State Institutions, Inequality and Poverty in the Western Countries”, in *American Sociological Review*, Vol. 63, N°. 5, pp. 661-687. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.2307/2657333>
- Kripfganz, Sebastian and Schneider, Daniel (2020), “Response surface regressions for critical value bounds and approximate p-values in equilibrium correction models”, in *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, Vol. 82, N°. 6, pp. 1456–1481. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1536867X231212434>
- Liew, Venus (2004), “Which lag length selection criteria should we employ?”, in *Economics Bulletin*, Vol. 3, N°. 33, pp. 1–9.
- Liu, Laihui and An, Suxia (2023), “Deindustrialization and the incidence of poverty: Empirical evidence from developing countries”, in *Technological Forecasting and Social Change*, Vol. 187. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0040162522007235>
- Mason, Andrew et al. (2010), “Population dynamics: Social security, markets, and families”, in *International Social Security Review*, Vol. 63, N°. 3-4, pp. 145-175. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ecin.12467>
- McCloskey, Deirdre and Ziliak, Stephen (1996), “The Standard Error of Regressions”, in *Journal of Economic Literature*, Vol. 34, N°. 1, pp. 97-114. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2729411>
- Meltzer, Allan and Richard, Scott (1981), “A Rational Theory of the Size of Government”, in *Journal of Political Economy*, Vol. 89, N°. 5, pp. 914-927. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1830813>

- Molana, Hassan et al. (2004), “On the Causal Relationship between Trade-Openness and Government Size: Evidence from 23 OECD Countries”, in *Dundee Discussion Papers in Economics*, N°. 164. Universidade de Dundee. Disponível em: <https://www.nottingham.ac.uk/gep/documents/conferences/2004/pg-conf-2004/maraviolato-postgrad04.pdf>
- Nagarajan, Renuga et al., (2016), “The impact of an ageing population on economic growth: an exploratory review of the main mechanisms”, in *Análise Social*, Vol. 51, N°. 218, pp. 4-35. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/43755167?read-now=1&seq=25#page_scan_tab_contents
- Olney, Martha L. and Pacitti, Aaron (2017), “THE RISE OF SERVICES, DEINDUSTRIALIZATION, AND THE LENGTH OF ECONOMIC RECOVERY”, in *Economic Inquiry*, Vol. 55, N° 4, pp. 1625-1647. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ecin.12467>
- Pesaran Mohammad et al. (2001), “Bounds testing approaches to the analysis of level relationships”, in *Journal of Applied Econometrics*, Vol. 16, N°. 1, pp. 289–326.
- Prasad, Naren and Gerecke, Megan (2010), “Social Security Spending in Times of Crisis”, in *Global Social Policy*, Vol. 10, N°. 2, pp. 218-247. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1468018110366627>
- Rodrik, Dani (1998), “Why do More Open Economies Have Bigger Governments?”, in *Journal of Political Economy*, Vol. 106, N°. 5, pp.997-1032. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/250038>
- Rozensky, Vojtech (2014), “The effects of economic, social and institutional factors on social expenditure levels”, in *Politická ekonomie*, Vol. 62, N°. 3, pp. 383-399. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283398038_Vliv_ekonomickych_socialnich_a_institucionalnich_faktoru_na_uroven_socialnich_vydaju
- Scheiring, Gábor and King, Lawrence (2022), “Deindustrialization, social disintegration, and health: a neoclassical sociological approach”, in *Theory and Society*, Vol. 52, pp. 145-178. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11186-022-09476-2>
- Seeleib-Kaiser, Martin et al. (2011), “Social protection dualism, de-industrialization and cost containment”, in *Comparing European Workers Part B: Policies and Institutions, Volume 22 Part 2 (Research in the Sociology of Work)*, Emerald Group Publishing Limited, pp. 83-118. Disponível em: [https://doi.org/10.1108/S0277-2833\(2011\)000022B006](https://doi.org/10.1108/S0277-2833(2011)000022B006)
- So Young Kim (2007) - https://www.jstor.org/stable/4498141?read-now=1&seq=26#page_scan_tab_contents

- Studenmund, Arnold (2016), in *Using Econometrics: A Practical Guide*, 7th edn. Boston: Addison Wesley Pearson.
- Swank, Duane (2005), “Globalisation, Domestic Politics, and Welfare State Retrenchment in Capitalist Democracies”, in *Social Policy and Society*, Vol. 4, N°. 2, pp. 183-195. Disponible em: <https://www.cambridge.org/core/journals/social-policy-and-society/article/abs/globalisation-domestic-politics-and-welfare-state-retrenchment-in-capitalist-democracies/0391C95A6062C0D317CD4499025F158E>
- Szymanska, Agata (2021), “Determinants of General Government Social Spending: Evidence from the Eurozone”, in *Ekonomista 2021*, N°. 4, pp. 508-528. Disponible em: <http://dx.doi.org/10.52335/dvqigjyfff25>
- Tashevska, Bijana et al. (2019), “Socio-economic determinants of social spending in the EU”, in *CEA Journal of Economics*, Vol. 14, N°. 1, pp. 35-47. Disponible em: https://journal.cea.org.mk/index.php?journal=ceajournal&page=issue&op=view&path%5B%5D=ISSN%201857-5269&path%5B%5D=pdf_22
- Temsumrit, Navarat (2023), “Can aging population affect economic growth through the channel of government spending?”, in *Heliyon*, Vol. 9, N°. 9. Disponible em: [https://www.cell.com/heliyon/fulltext/S2405-8440\(23\)06729-4](https://www.cell.com/heliyon/fulltext/S2405-8440(23)06729-4)
- Tomlinson, Jim (2016), “De-industrialization not decline: a new meta-narrative for post-war British history”, in *Twentieth-Century British History*, Vol. 27, N°. 1, pp. 76-99. Disponible em: <https://eprints.gla.ac.uk/111431/7/111431.pdf>
- Wooldridge, Jeffrey (2013), in *Introductory Econometric: A Modern Approach*, 5th edn. South-Western Pub.
- Ziliak, Stephen and McCloskey, Deirdre (2004), “Size matters: The standard error of regressions in the American Economic Review”, in *The Journal of Socio-Economics*, Vol. 33, N°. 5, pp. 527-554. Disponible em: <https://doi.org/10.1016/j.socec.2004.09.024>

Anexo A

Anexo A: As Prestações Sociais e as suas componentes (1980-2022). Fonte: IGFSS, I.P.

Componentes das Prestações e Apoio a Famílias	
Prestações Familiares (PF)	<ul style="list-style-type: none"> Abono de Família (Subsídio familiar a crianças e jovens) Garantia Infância Bonificação do subsídio familiar a crianças e jovens deficientes (Abono Complementar) Subsídio assistência de 3ª pessoa - crianças e jovens Subsídio por assistência de 3ª pessoa - adultos Subsídio de educação especial Prestação Social para a Inclusão Subsídio de funeral Subsídio vitalício Subsídio de nascimento Subsídio de aleitação Subsídio de casamento
Prestações por Doença e Parentalidade (DP)	<ul style="list-style-type: none"> Subsídio por doença Subsídio por tuberculose Prestações de parentalidade (Subsídios por maternidade e subsídio de gravidez) Subsídio por doença de familiares Prestações por Doenças Profissionais (Indemnização por incapacidade temporária e outras)
Prestações por Desemprego e Apoio ao Emprego (DAE)	<ul style="list-style-type: none"> Subsídio de desemprego (SD) Subsídio social de desemprego (SSD) Subsídio de desemprego parcial Compensação salarial p/suspensão temporária contrato trabalho (lay-off) Garantia Salarial Indemnizações compensatórias para salários em atraso (SD + SSD) Complemento de desemprego Subsídios eventuais de emergência Compensação por cessação do contrato de trabalho Retribuições intercalares (Artigo 98º - N do CPT) Subsídio de desemprego – COFACO Subsídio de inserção de jovens na vida ativa Subsídio de residência Apoio à criação de atividades independentes Ocupação temporária de jovens (OTJ) Apoio a desempregados de longa duração (ATD) PEPS - Comp. custos de manutenção dos postos de trabalho Programas Ocupacionais (Artigo 14º Portaria 1324/93, 31 dezembro) Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego
Pensões, Suplementos e Complementos (PSC)	<ul style="list-style-type: none"> Invalidez Pensão de invalidez Pensões Unificadas Complemento de dependência/Subsídio por assistência de terceira pessoa Outros Complementos

Pensão por incapacidade permanente por doença profissional
Rádio Marconi
Complemento Pensão - FECPPC Carris de Ferro de Lisboa

Velhice

Pensão de velhice
Pensões Unificada
Complemento de dependência/Subsídio por assistência de terceira pessoa
Outros Complementos
Rádio Marconi
Complemento Pensão – FECPPC Carris de Ferro de Lisboa

Sobrevivência

Pensão de sobrevivência
Complemento de dependência/Subsídio por assistência de terceira pessoa
Pensão de sobrevivência por doença profissional
Outros Complementos
Rádio Marconi
Complemento Pensão - FECPPC Carris de Ferro de Lisboa

Benefícios dos Antigos Combatentes

Regime Substitutivo Bancário

Pensão de velhice do regime substitutivo bancário
Pensões - regime substitutivo BPN

Regime Especial - CARRIS

Complemento Pensão - Invalidez
Complemento Pensão - Velhice
Complemento Pensão - Sobrevivência

Regime Especial - STCP

Complementos - Pensão de invalidez (STCP)
Complementos - Pensão de velhice (STCP)

Parcela de atualização extraordinária de pensões e complemento

**Subsídio por Morte
(SM)**

Subsídio por Morte

Anexo B

Anexo B: Evolução das variáveis dependentes, em percentagem (%), entre 1980 e 2022. Fonte: Assembleia da República, Banco de Portugal, INE, PORDATA, World Bank, WID/WTID

